



**SETE
LAGOAS**
PREFEITURA

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SETE LAGOAS
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR CONSELHEIRO CLÁUDIO COUTO TERRÃO – EGRÉGIO TRIBUNAL DE
CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

Processo nº: 1.104.923

Natureza: Edital de licitação.

Referência: Reitera o pedido de reforma da decisão de ordem 09.

O MUNICÍPIO DE SETE LAGOAS, já devidamente qualificado nos autos em epígrafe, vem, respeitosamente, perante V. Ex^a, por seu procurador *infra-assinado*, reiterar o pedido de reforma da decisão de ordem 09, apresentado em petição de ordem 40.

Conforme demonstrado na petição referida, bem como nos documentos que a acompanham, o projeto básico da licitação em andamento foi elaborado através de simples atualização do projeto básico de 2016.

Cumpre consignar que o trabalho técnico referido foi submetido a detalhado escrutínio deste Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais nos autos do Edital de Licitação n. 942106 e seus apensos.

É importante consignar, ainda, que referida licitação originou o Contrato Administrativo de Concessão nº NLC/059/2016 (atualmente vigente) no qual está inequívoca a ciência do atual prestador quanto ao regramento do sistema previsto no projeto básico (com os elementos mais importante preservados na atual licitação, notadamente a coincidência de linhas entre os prestadores do serviço convencional – já licitado e com contrato firmado em 2016 – e os prestadores do serviço alternativo – que ora se pretende licitar) .Vejamos:



SETE LAGOAS

PREFEITURA

CAPÍTULO I - DO OBJETO

Cláusula 1ª O presente instrumento contratual tem por objeto a concessão da exploração e prestação de serviço de Transporte Coletivo Convencional urbano e rural de Passageiros no Município de Sete Lagoas, por conta e risco da Concessionária, conforme estabelece este instrumento, o Edital de Concorrência nº 26/2014 e as normas e procedimentos editados pelo Poder Concedente.

Parágrafo 1º O serviço objeto deste contrato constitui serviço público essencial, permanentemente à disposição do usuário, devendo ser prestado sem solução de continuidade e com observância das condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia e modicidade das tarifas, nos termos da lei e do regulamento.

Basilio Augusto Pereira da Silva
Adv. OAB/MG 34.940
Concessionária Jurídica
Núcleo de Licitações e Compras

Travessa Juárez Tanure, nº 15 – 4º andar – Centro – Sete Lagoas/MG
Concorrência Pública nº 26/2014 - Contrato Administrativo nº 59/2016



PREFEITURA MUNICIPAL DE SETE LAGOAS NÚCLEO DE LICITAÇÕES E COMPRAS

Parágrafo 2º O serviço de Transporte Coletivo Convencional Urbano e Rural de Passageiros do Município de Sete Lagoas, objeto deste contrato, deverá ser operado em conjunto com o Serviço de Transporte Coletivo Alternativo, através da co-operação de linhas que vierem a ser estabelecidas pelo Órgão Gestor do Transporte Coletivo do Município. O Projeto Básico a ser operado inicialmente, bem como o do sistema proposto, encontram-se definidos no Anexo I do Edital de Licitação.

Desta forma, com a devida vênia, decisão que desconsidere referidos estudos técnicos pretéritos e já convalidados por este órgão de controle, vulneraria flagrantemente o conteúdo normativo do **art. 24 da LINDB** (incluído pela Lei 13.655/18).

Vale ressaltar, ainda, que a criação do transporte alternativo no início do presente século decorre de Lei formal aprovada no legislativo municipal, convalidada no tempo com alterações pontuais no sistema que reforçam o caráter de complementariedade dos serviços:

1. seja com a determinação de unificação da bilhetagem eletrônica, já implementada – até mesmo com forte atuação também deste TCE através do Inquérito Civil 028.2017.790 (arquivado em razão da implementação da medida);



2. seja com a autorização legislativa para a deflagração dos processos licitatórios para a concessão;
3. sejam alterações mais pontuais que trouxe à regulamentação dos serviços sem, contudo, alterar a estrutura básica já existente em tempos remotos e consolidadas no sistema proposto pelo projeto básico de 2016.

Com a máxima vênia, não há que se cogitar procedimento de controle que venha a afastar sem fundamentação muitíssimo robusta a soberania da vontade popular, sob o risco de vulnerar o conteúdo axiológico do **art. 1º da Constituição da República**.

Vale destacar, ainda, os ganhos de qualidade do serviço de transporte público no Município com a aproximação do sistema atual do sistema proposto no projeto básico referido, possibilitados, notadamente, pela unificação da bilhetagem eletrônica (já referida) que permitiu o estabelecimento e fiscalização mais adequada do quadro de horários dos prestadores.

A gestão do **SISTEMA** de transporte coletivo que passou a vigor no Município a partir da assinatura do Contrato Administrativo de Concessão nº NLC/059/2016 (oriundo da licitação validada por este TCE) é que permitiu este ganho qualitativo.

Apenas a título exemplificativo, trazemos anexo o documento **QUADRO DE HORÁRIOS 2019 *SITU* - SISTEMA INTEGRADO DE TRANSPORTE URBANO** no qual se pode observar que a convivência dos sistemas convencional e alternativo não só era prevista para o sistema proposto no projeto básico de 2016 como já é uma realidade convalidada pelos próprios prestadores.

Desta forma, com a devida vênia, decisão que desconsidere os ganhos qualitativos que o sistema desenhado pelo projeto básico de 2016 trouxe ao serviço de Transporte Coletivo do Município de Sete Lagoas, vulneraria flagrantemente o conteúdo normativo dos **arts. 20 e 21 da LINDB** (incluídos pela Lei 13.655/18).

Por fim, cumpre ressaltar a impossibilidade de se interromper a prestação do serviço público, mesmo que parcialmente, razão pela qual o serviço alternativo segue sendo prestado em caráter precário, o que chegou a ser objeto de apreciação deste órgão de controle na Denúncia 987.463.



**SETE
LAGOAS**
PREFEITURA

Por estas razões, pugna seja revogada a suspensão anteriormente determinada, viabilizando o prosseguimento do processo licitatório, o que conferirá maior segurança ao Município, seus agentes públicos, aos prestadores do serviço e a toda a população usuária do serviço de transporte do Município.

Nesses termos,
pede deferimento.
Sete Lagoas – MG, em 14 de outubro de 2021.

Henrique Carvalhais da Cunha Melo

OAB/MG 109.348

Procurador do Município

Matrícula 24.919-0